



# CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

## PARECER Nº , DE 2012

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Ofício nº 50, de 2011 - CN, que *Encaminha, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011.*

Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

### I – RELATÓRIO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) remeteu ao Congresso Nacional, por meio do Ofício nº 50/2011-CN (nº 794/2012-BNDES GP, na origem), o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011, consoante o disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009.

A mencionada lei é fruto da conversão da Medida Provisória nº 453, de 2009, e foi alterada pelas Leis nºs 12.096/2009 e 12.249/2010. Seu propósito é conceder autorização ao Tesouro Nacional para que empreste ao BNDES a quantia de R\$ 180 bilhões (originalmente, R\$ 100 bilhões), em condições favorecidas, a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, nos limites autorizados pelo referido diploma legal.

Posteriormente, foi emitida a Medida Provisória nº 526, de 4 de março de 2011, convertida na Lei nº 12.453/2011, que autorizou a União a conceder novo crédito no montante de até R\$ 55 bilhões, dos quais R\$ 30 bilhões foram liberados em 14 de junho de 2011.

Como de costume, o relatório encontra-se dividido em cinco seções. A primeira parte traça um panorama da economia mundial e descreve o desempenho macroeconômico do Brasil em 2011.

Segundo os analistas do BNDES, a economia internacional continua cercada por fortes incertezas. A situação dos países da periferia da Zona do Euro coloca em perspectiva a possibilidade de uma reestruturação das dívidas soberanas dessas economias. Nos Estados Unidos da América, por outro lado, a segunda rodada de afrouxamento quantitativo não tem sido suficiente para elevar o crescimento da economia no curto prazo, e as famílias norte-americanas estão em processo de redução das dívidas.

No plano interno, o Relatório destaca que, apesar do crescimento da demanda agregada no 1º trimestre de 2011, superior ao do 2º de 2010, a sua decomposição em vendas finais (consumo total + formação bruta de capital fixo + exportações líquidas) e variação de estoques, mostra que a demanda final teve uma desaceleração não



# CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desprezível. O desempenho da produção industrial foi superior ao das vendas no comércio varejista, ou seja, houve um excesso de otimismo por parte dos empresários acerca do comportamento prospectivo da demanda,

Finalmente, o documento analisa os investimentos, que continuam em crescimento. Embora a velocidade de expansão esteja reduzindo devido ao efeito estatístico de bases mais altas de comparação, ainda pode-se notar que a formação bruta de capital fixo cresce a uma taxa mais de duas vezes superior a do Produto Interno Bruto.

O Relatório registra o crescimento dos desembolsos do BNDES, que atingiu a cifra de R\$ 36 bilhões no terceiro trimestre de 2011, representando um decréscimo de 18% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A segunda seção descreve brevemente a situação dos recursos captados pelo BNDES junto ao Tesouro Nacional. Segundo o Relatório, do valor total autorizado para repasse, R\$ 240,25 bilhões, o BNDES já efetuou a captação de R\$ 215,25 bilhões, equivalente a 90% do total. O Banco já pagou, incluindo juros, R\$ 20,3 bilhões, restando cerca de R\$ 215,5 bilhões de saldo devedor no final de junho de 2011.

A terceira seção apresenta dados dos financiamentos realizados com os recursos previstos na Lei. Além dos valores totais, as informações aparecem classificadas por modalidade, região e setor, assim como a análise econômico-financeira e os maiores projetos no período de janeiro de 2009 a setembro de 2011.

Ainda na terceira seção, trata dos projetos de maior vulto financiados no terceiro trimestre de 2011, e a última analisa o impacto esperado dos financiamentos sobre a geração de emprego e renda.

A quarta seção traz a aplicação dos recursos concedidos ao BNDES nos programas PSI, PER, PROCAMINHONEIRO e FINAME COMPONENTES.

Em termos gerais, é este o conteúdo do Relatório. Destaco a seguir algumas informações relevantes prestadas pelo BNDES.

O Relatório registra a seleção, até final de setembro, de cerca de 560 mil projetos associados aos recursos da Lei 11.948/09, com um valor total de R\$ 209,95 bilhões.

Quanto às modalidades do financiamento, 23,9% dos recursos totais foram liberados para projetos de valor superior a R\$ 10 milhões, pela Linha de Financiamento a Empreendimentos (Finem); em consequência, a Linha de Financiamento a Máquinas e Equipamentos (Finame), responsável pelo crédito à produção e à comercialização de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, trilhando caminho inverso, aumentou novamente sua participação, desta vez para 46,8%; a modalidade de financiamento à exportação pré-embarque representa 13,2% da carteira; o BNDES Automático, que financia projetos de valor inferior a R\$ 10 milhões, reduziu novamente sua participação, chegando a 5,5%.

No que toca à distribuição geográfica, os desembolsos foram destinados, principalmente, às Regiões Sudeste (44,6%) e Sul (20,6%). As demais regiões tiveram as seguintes participações: Nordeste, com 14,3%, Centro-Oeste, com 8,4%, e Norte, com 4,9%. Outros 7,2% foram destinados a projetos inter-regionais.



# CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O principal ramo beneficiado continua sendo a indústria de transformação, que mantém uma participação de 41,4% das operações, com projetos aprovados correspondentes a um valor global de R\$ 86,9 bilhões. Pouco atrás vem o setor de infraestrutura, que recebeu quase 38,1% do total, com projetos no valor total de R\$ 79,9 bilhões.

Desagregando os dados por porte do cliente final, vemos que a participação das grandes empresas caiu mais uma vez, para 65,1% do volume de recursos, mas ainda continua muito elevada. Médias e pequenas ficaram com um volume em torno de 22% do total, e pessoas físicas e microempresas, com 12,8%.

O documento apresenta, ainda, uma estimativa do que chamou de “taxa líquida após equalização”. Infelizmente, a exposição não é clara, e pouco se pode depreender das informações prestadas. O Banco estimou custo total ao tomador final em cerca de 7,42% ao ano. Esse valor resulta da soma de oito fatores, um dos quais é a TJLP, quando o financiamento for nela referenciado. O custo mais elevado é aplicado às operações com grandes empresas (7,63% a.a.), e o menor, aos financiamentos concedidos a pessoas físicas (4,91%).

O BNDES continua destinando um volume alto e crescente de recursos para financiar integralmente projetos de investimento: mais de 43,7% do total. A faixa de financiamento de até 80% do investimento total do projeto equivale a 16,5% das operações.

Do total de R\$ 209,95 bilhões já desembolsados, R\$ 37,1 bilhões destinaram-se a projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo o modelo de análise de impacto do investimento sobre o emprego adotado pelo BNDES e criado em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o efeito estimado dos investimentos totais é de manutenção e/ou geração de 6,6 milhões de empregos.

## II – ANÁLISE

A mencionada Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, determina:

### **Art. 1º [..]**

§ 6º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, relatório pormenorizado sobre as operações realizadas, indicando, entre outras informações, quantidade e valor das operações de financiamento realizadas, detalhadas por modalidade do investimento, setor produtivo beneficiado e localização dos empreendimentos; e estimativa dos impactos econômicos gerados pelos projetos, principalmente em termos de geração de emprego e renda, resguardado o sigilo bancário.



# CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mais uma vez, vale registrar a boa qualidade técnica do relatório, que, apesar de certa dificuldade de exposição no que toca ao cálculo do custo financeiro dos empréstimos, atende às exigências do dispositivo legal. Por outro lado, convém manifestar também a preocupação com o financiamento integral de projetos de valor elevado, prática que pode acarretar riscos ao Banco.

Outro elemento que causa estranheza é a elevada, embora cadente, participação das grandes empresas no crédito total. Pois são justamente as grandes empresas que têm maior acesso ao mercado financeiro internacional, o que sugere que as empresas de porte médio ou pequeno e as microempresas deveriam deter uma participação maior no crédito concedido.

### III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela remessa ao arquivo do Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Senador **FLEXA RIBEIRO**  
Relator